

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOIARA

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL 2.074, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021. ESTIMA A
RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2022.

LEI MUNICIPAL 2.074, de 06 de dezembro de 2021.

*Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para
o exercício financeiro de 2022.*

O PREFEITO DE ACOIARA, no uso de suas atribuições, faz
saber que a Câmara de Vereadores aprovou e que fora sancionada a
seguinte Lei:

Art.1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para
o exercício financeiro de 2022, compreendendo:

I - Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Executivo e
Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração
Municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas
pelo Poder Público;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e
órgãos a ele vinculados, da Administração Municipal, direta e indireta,
bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder
Público.

Art.2º - A Receita Orçamentária é estimada em **R\$ 160.000.000,00**
(Cento e Sessenta milhões de reais).

Art.3º - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita
Orçamentária, é fixada em **R\$ 160.000.000,00** (Cento e Sessenta
milhões de reais).

Art.4º - A despesa fixada à conta dos recursos previstos no presente
Orçamento, observada a programação constante do Detalhamento das
Ações, em anexo, apresenta, por órgão, o desdobramento de que trata
os Quadros, anexo a esta Lei.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir,
total ou parcialmente, as categorias de programação constantes desta
Lei, mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária,
grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e
identificadores de uso, a fim de ajustar a programação aprovada às
competências e atribuições definidas para cada órgão ou entidade.

Art.5º - Fica o Poder Executivo e Poder Legislativo no âmbito de sua
execução orçamentária, autorizado a abrir créditos adicionais
suplementares:

I. Cancelamento de recursos fixados neste Projeto de Lei, até o limite
de 80% (oitenta por cento) do total da despesa por anulação total ou
parcial das dotações na forma do Art. 43 § 1º Inciso III da Lei
4.320/64, por transposição, remanejamento ou transferência integral
ou parcial de dotações, inclusive entre unidades orçamentárias
distintas, respeitadas as disposições constitucionais;

II. Excesso de arrecadação, eventualmente apurado durante o
exercício financeiro, obedecido ao disposto no artigo 8º desse Projeto
de Lei, até o limite do excesso arrecadado conforme o do Art. 43 § 1º
Inciso II da Lei 4.320/64;

III. Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício
anterior, até o limite do superávit financeiro existente, na forma do
Art. 43 § 1º Inciso I da Lei 4.320/64;

IV. Operações de crédito autorizadas e/ou contratadas durante o
exercício, até o limite da operação contratada, na forma do Art. 43 §
1º Inciso IV da Lei 4.320/64;

LD0= 012/21
Sancionada dia
29/06/21

LOA= PL 020/2021

D. Aprova. = 22/11/2021

D. Publicação LOA. 07/12/21

D. da Lei San. (Aprova)
06/12/21.

V. dotações consignadas à reserva de contingência quando ocorrer passivos contingentes ou no último mês do exercício financeiro;

Parágrafo Único - Excetua-se dos Créditos Suplementares transferências entre Fontes de Recurso e criação de novas fontes dentro do mesmo órgão, permanecendo inalterada a classificação funcional programática, devendo essa alteração de fontes e/ou transferência constar em documento próprio.

Art.6º - Fica a Chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar até o valor global dos projetos, oriundos de recursos programados no OGU e/ou transferidos voluntariamente de órgãos Estaduais e Federais.

Art.7º - Fica a Chefe do Poder Executivo, autorizado a efetuar Operação de Crédito, até o limite de 7% (sete por cento) da Receita Corrente Líquida, observadas às limitações legais vigentes, no tocante ao endividamento.

Art.8º - O excesso de arrecadação eventualmente apurado, relativamente aos recursos do Tesouro Municipal, exceto os vinculados e aqueles oriundos de operações de créditos destinar-se-á, de início, integralmente, à recomposição das dotações orçamentárias previstas na presente Lei.

Art.9º - É a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, a constante do presente projeto.

Art.10 - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Paço da Prefeitura Municipal, 06 de dezembro de 2021.

ANTÔNIO ALMEIDA NETO

Prefeito de Acopiara

JONATHAS PINHO CAVALCANTE

Procurador Geral do Município

EMENDAS APROVADAS E INCLUÍDAS AO TEXTO DA LEI 2.074/2021

ALTERA O PROJETO DE LEI 020 DE 30 DE MARÇO DE 2021, INCLUIDO CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA DE DESPESA AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica alterado nos Programas de Trabalho do presente projeto de lei orçamentária anual PL 020 de 30 de março de 2021 - incluído e reduzindo os valores nas seguintes unidades gestoras e classificações da despesa.

§ 1º - Inclui ao órgão o seguinte elemento de despesa:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

1202 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

04.122.0402.3.001

Manutenção das Atividades do Fundo Municipal do Meio Ambiente (Acréscimo)

Código	Fonte	Elemento	Valor
3.3.71.70.00	1.500.0000.00	Rateio pela participação em consórcio público	330.000,00
TOTAL			330.000,00

§ 2º - Reduz do órgão seguinte elemento de despesa

06 - SECRETARIA DE SAÚDE

0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

04.122.1001.2.014

Participação no Consórcio de Desenvolvimento da Região do Sertão Central - CONDESUL (Redução)

Código	Fonte	Elemento	Valor
3.3.71.70.00	1.500.0000.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	330.000,00

Art. 2º - Se aprovada, esta Emenda deverá ser adequadamente introduzida, pelo Departamento Competente do Executivo, ao Projeto de Lei correspondente.

Paço da Prefeitura Municipal, 06 de dezembro de 2021.

ANTÔNIO ALMEIDA NETO

Prefeito De Acopiara

JONATHAS PINHO CAVALCANTE

Procurador Geral Do Município

Publicado por:

Jonathas Pinho Cavalcante

Código Identificador:3F0655A5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Ceará no dia 07/12/2021. Edição 2842

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/aprece/>